



## **Meu sangue é vermelho: FUNAI *versus* Reserva Pataxó da Jaqueira em Porto Seguro – BA**

Luiz Henrique Salvati  
Poliana Cardozo

**Resumo:** Busca-se analisar a atividade turística em terras indígenas aliando-se o segmento de turismo étnico. Observa-se que o turismo em comunidades indígenas não era regulamentado até a publicação da instrução normativa 03/2015 da FUNAI, dedica-se então a comparar a instrução normativa com a atividade turística da Reserva Pataxó da Jaqueira em Porto Seguro, Bahia. Possui como objetivo geral: verificar se a Reserva estudada, segue as normas de visitação, decretada pela FUNAI. A metodologia utilizada no trabalho: pesquisas bibliográficas, documental, pesquisa em sites específicos sobre a comunidade e também amplia-se a pesquisa de campo, aplicou-se duas entrevistas, com perguntas abertas, para os responsáveis pelo turismo étnico na cidade e na reserva. Contudo pode-se chegar-se ao resultado final que a Reserva Pataxó da Jaqueira, localizada em Porto Seguro – BA, não segue as normas de visitação imposta pela Instrução Normativa 03/2015 da FUNAI.

**Palavras-chave:** Pataxó; Reserva da Jaqueira; Turismo étnico.

**Abstract:** The work will search to analyze tourism in indigenous lands with ethnic tourism segment as well. It is observed that tourism in indigenous communities was not regulated until the publication of Normative Instruction 03/2015 of FUNAI, it is dedicated then to compare the normative statement with the tourist activity Pataxó Jaqueira Reserve in Porto Seguro, Bahia. It has the general objective: verify if study reserve, follow the visitation rules, decreed by FUNAI. The methodology used in this work is based on ethnomethodology, cited by Angrosino and bibliographic and documentar research, research on specific sites about the community and also a local studies, it was applied two interviews with open questions to those responsible for the ethnic tourism in the city and in the reserve. However, the end result is that the Pataxó Jaqueira Reserve, located in Porto Seguro – BA, do not follow the rules of visitation imposed by Normative Instruction 03/2015 of FUNAI.

**Key-Words:** Ethnic tourism; Jaqueira Reserve; Pataxó.

## **INTRODUÇÃO**

Porto Seguro está localizado no estado da Bahia, nordeste do Brasil, a aproximadamente 700 quilômetros da capital Salvador e é conhecido como berço da civilização brasileira, ou melhor, como local onde o Brasil nasceu, pois foi na cidade de Porto Seguro, na qual a nau de Cabral atracou e descobriu-se o novo território. (CARDOSO, 2015 *in* SECRETARIA DE TURISMO DE PORTO SEGURO, 2016). O turismo no município é visto como única fonte de renda, outro fator que influencia nessa assertiva, é o fato de grandes empreendimentos hoteleiros nortear as orlas de Porto Seguro aliados a cultura nordestina, juntamente com a cultura indígena que predominam a região. Segundo dados da Secretaria de Turismo de Porto Seguro (2016), a cidade conta com aproximadamente 141 mil habitantes e com 85 quilômetros de

28,29 e 30 de junho de 2017  
Foz do Iguaçu – Paraná - Brasil



praias. Destino de clima quente e úmido. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, 2016). A secretaria afirma ainda que o destino deixou de ser apenas um local para baladeiros e também conta com o segmento sol e praia, com o agito e o fervor de suas areias, se tornou a característica principal do Destino. Porém, de uns anos para cá, Porto Seguro passou a mostrar outra face no cenário do turismo nacional, diversificando os seus atrativos e apresentando um potencial turístico diferenciado tais como, a rota do descobrimento, além da Jaqueira. Tornando-se assim um destino com alguns segmentos influentes, como por exemplo, turismo cultural, turismo histórico, turismo étnico.

Como o enfoque do estudo, a Jaqueira é mencionada como o principal ponto de visitação e permite um contato único com as tradições e cultura de um dos povos mais antigos do Brasil. (SECRETARIA DE TURISMO DE PORTO SEGURO, 2016). Local de estudo e aprofundamento da etnia Pataxó, a Reserva Pataxó da Jaqueira, adentro a cidade de Porto Seguro, possui, segundo os dados do site Férias Brasil (2016), 827 hectares e localiza-se na mata atlântica. Sua característica principal é manter o formato original da aldeia e seus costumes vivos até os dias atuais. Recebem turistas do mundo inteiro onde é possível vivenciar seus costumes e crenças através de pinturas, danças, e manifestações apresentadas aos turistas. (FÉRIAS BRASIL, 2016).

Com difícil acesso, a Reserva é considerada por muitos, de acordo com o site Férias Brasil (2016), e também pelo site da Secretaria de Turismo de Porto Seguro (2015), como modelo na atividade de turismo étnico, não só na cidade/estado, mas também um modelo a ser seguido pelas aldeias do Brasil inteiro, ainda comentam o fato de não deixar tal localidade sofrer com os processos da globalização, trazendo-se a tona a aculturação dos indígenas. A Reserva Pataxó da Jaqueira é conhecida devido à atribuição do turismo trabalhado no local através do segmento étnico. Localizada na cidade de Porto Seguro, Bahia, a Reserva conta com famílias que não ficaram caladas e decidiram levar sua voz até as pessoas, para reconhecer seus direitos, até então negados, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Para os indígenas a atividade turística além de ser uma fonte de renda também é uma forma de mostrar sua existência e cultura para o mundo. Entretanto, a reserva assim como outras do país são administradas pela União por meio da FUNAI, e este órgão impõem limites às atividades ali realizadas com vistas à preservação da cultura autóctone brasileira. Observou-se a partir disso que os indígenas, a fim de mostrar que



são seres humanos, e mostrar sua cultura para os demais, fez com que eles começassem a trabalhar com o turismo, mostrando sua cultura, Pataxó, e salientar a igualdade social perante os órgãos oficiais, por exemplo, FUNAI. (SECRETARIA DE TURISMO DE PORTO SEGURO, 2016). A FUNAI faz parte do Ministério da Justiça e possui como função coordenar e executar a política indigenista no país, ou seja, proteger e promover os direitos dos povos indígenas em território nacional. Possui também em seu papel político, à administração, regularização e também promover estudos sobre esses povos. (BRASIL, 2016).

Assim sendo, o órgão recentemente – 03/2015 – lançou uma instrução normativa que visa controlar e limitar as atividades realizadas dentro das reservas indígenas de todo o país. Alguns pontos relevantes da IN podem ser levantados a guisa de contextualização, dentre os principais pontos cita-se a entrada de não indígenas em territórios indígenas, uso de imagens, sejam elas fotográficas ou filmadas, também possui um caráter no qual o turista precisa descrever a atividade que irá realizar no local seja por fins educacionais, como pesquisas, ou por questões turísticas, visitação. Esta relação entre a IN da Funai, a reserva da Jaqueira e o turismo são o foco deste trabalho.

Assim, apresenta-se o objetivo geral desta pesquisa: Verificar se a Reserva estudada, segue as normas de visitação, decretada pela FUNAI. Seguido pelos objetivos específicos: a) Identificar como o turismo é trabalhado na Reserva a partir do segmento de turismo étnico; b) Descrever a comunidade da Jaqueira e seus aspectos históricos, culturais e turísticos; e c) Levantar o perfil dos indígenas da reserva e saber se eles possuem conhecimento da IN.

Assim sendo, para alcançar os objetivos propostos e responder à questão de pesquisa, a metodologia utilizada lançou mão de algumas etapas, a saber: pesquisa bibliográfica sobre os temas que considera-se chave para o estudo, tais como cultura, identidade, etnicidade, turismo cultural, turismo étnico e turismo étnico em territórios indígenas; pesquisa documental para contextualização histórica e geograficamente o objeto de estudo; realização de entrevistas; e observação participativa com a finalidade de caracterizar o local de estudo, bem como os traços culturais e turísticos da reserva.

No que tange a metodologia do trabalho, além das pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, dissertações e teses. A pesquisa de campo que se deu em diferentes ocasiões e com distintos instrumentos. A partir de duas visitas realizadas, a



primeira no ano de 2014 e a segunda no ano de 2016, nas quais foi possível entrar em contato com os indígenas através de uma observação participante. Nelas foi possível além da participação de modo cooperativo com os indígenas em atividades expostas por eles, também foram realizadas conversas com a comunidade para conseguir fomentar o trabalho. E para finalizar o campo, pode-se aplicar duas entrevistas, e para preservar a identidade deles, seus nomes serão alterados, afim de tomar-se nota do seu dia-a-dia. A primeira entrevista contou com sete perguntas e a segunda com dez perguntas, todas abertas. As perguntas, tratavam de aprofundar sobre a atividade turística na reserva e sua importância para a comunidade e também foram salientadas as questões que tangem à administração e execução da FUNAI com suas tarefas na aldeia, bem como a IN proposta no trabalho.

Leva-se em consideração o fato da pesquisa ser descritiva e exploratória. Descritiva, pois vai-se preocupar em descrever a comunidade, a partir da etnometodologia já exposta por Angrosino, para obter-se um melhor entendimento e aprofundamento, também fomentar o segmento, sobre o tema turismo étnico. Possui também a parte exploratória da pesquisa, quando ela será explorada a campo de ação, com fim de elucidar a cultura e melhorar o entendimento da convivência e harmonia social do grupo étnico.

## **2 CULTURA E ANTROPOLOGIA**

Em uma construção lógica do estudo e de acordo com sua abrangência de pesquisa, vê-se como início a fundamentação e distinção de diferentes definições e pensamentos acerca de cultura. Quando fala-se em cultura entende-se como algo voltado a antropologia Burns (2002, p. 20) “Declara que antropologia é o estudo da humanidade. E tenta compreender e explicar o funcionamento das sociedades humanas”. Então, assim como a antropologia é o estudo da humanidade, o autor analisa o fato de que a cultura está exposta a esse estudo e ainda complementa “‘cultura é tudo’, incluindo experiência socialmente aprendida, instituições sociais, ciência, arte etc.” (BURNS, 2002, p. 74 grifo do autor).

Burns (2002, p. 75 grifo do autor) ainda afirma,



O conceito de cultura possui uma gama de significados, de acordo com o contexto. Ela pode significar as belas-artes, como encontramos em galerias ou museus. Algumas sociedades referem-se a pessoas familiarizadas com artes e música como “cultas”, porém um uso particular, que não define o que é cultura. Cultura ou civilização é o todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, lei moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade.

Por meio dessa fala observou-se que o autor buscou tratar de um assunto com uma margem de definições e que traz para si o fato da cultura e seus estudos, seja antropológico ou não, é muito mais que algo material e palpável, que é possível através de manifestações como crenças religiosas e músicas expressar sua cultura.

Dentro do turismo é colocado por Burns (2002, p.78), turismo e cultura no qual ambos andam entrelaçados é que para alcançá-los é necessária duas perspectivas

- A cultura pode ser vista como um recurso comercial, especialmente a cultura percebida como singular ou incomum pelos atores, incluindo os especialistas em marketing turístico e planejadores; e
- Compreender as relações entre os sistemas turísticos e a cultura pode ajudar a evitar ou minimizar impactos negativos sobre uma cultura anfitriã, que ocorrem como consequência da recepção dos turistas.

Em sua primeira perspectiva a cultura é abordada como apenas um recurso comercial, no qual a atividade turística beneficia-se das manifestações culturais para transportá-las ao seu marketing, pode-se citar como exemplo a cidade de Parintins no estado do Amazonas, onde a cidade traz a cultura do Festival de Parintins<sup>1</sup> como marketing turístico para a cidade, o que para alguns autores existe tal concordância e para alguns a cultura não tem esse aspecto de comercialização. Na segunda perspectiva ele comenta o fato da cultura estar relacionada com o turismo, quando ambos podem trabalhar juntos faz com que evite e minimize os impactos negativos sobre uma cultura anfitriã, ou seja, aquela cultura receptiva, na recepção de turistas em seu destino final.

O mesmo autor termina sua descrição aliando os três estudos: antropologia, cultura e turismo. Segundo ele é quase impossível não ter uma interligação entre as três matérias e que

---

<sup>1</sup> Festival folclórico que apresenta a história do boi-bumbá ou bumba meu boi através de apresentações musicais e dança. AMAZONAS. **Festival folclórico de Parintins**. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=239> .



a antropologia e o turismo apresentam uma sinergia óbvia. Ambos tentam identificar e entender a cultura e a dinâmica humana. Uma vez que o turismo é um conjunto global de atividades que cruza muitas culturas, precisamos de um conhecimento mais profundo sobre as consequências da interação entre as sociedades que geram e que recebem turistas. (BURNS, 2002, p. 92).

Para outros autores a questão da cultura ser um sub estudo de antropologia é falsa, para Martins (2003, p. 42), a cultura entra com base na identidade e busca-se salientar alguns fatores como, “em linhas gerais, pode ser compreendida como o conhecimento por parte do indivíduo, de que pertence a um determinado grupo social.” Fazendo-se assim alusão de que identidade é a partir de um grupo social.

É importante citar aqui o fato de que a identidade por conta de ser de grupos sociais, aprofunda-se para a identidade étnica dada por Martins (2003, p.43), “como o sistema cultural de referência, a partir do qual uma comunidade define sua identidade grupal”, ou seja, a identidade étnica é a referência quando o assunto é cultural e identidade, pois como cita-se anteriormente, a identidade faz parte de um grupo social, ao exemplo tem-se a identidade da etnia Pataxó, que segue suas crenças, costumes e diferentes tipos de manifestações.

Para Martins (2003, p. 45),

a cultura representa as ideias, os conceitos e os valores que regulam coletivamente e individualmente tais relações, transmitidos no processo de socialização, por sua vez criados pela transformação ou invenção, cuja qualidade mais significativa é de ser basicamente homogênea.

Observa-se a partir dessa visão de cultura, que os pensamentos entre autores divergem e que quando um trata a cultura como algo para o turismo apropriar-se e obter lucros, outro comenta que a cultura são os ideais, valores e relações de um povo através da sociedade de um grupo.

Laraia (2008, p.57), trata a cultura como fator de interpretação do ser humano como razão biológica para explicar sua existência “é a importância do nosso ponto de vista sobre a natureza do homem que se torna, assim, não apenas o produtor da cultura, mas também, num sentido especificadamente biológico, o produto da cultura”.

Quando fala-se de turismo cultural, existem autores que apontam o fato principal o turista. Para Salvati e Cardozo (2014, p. 4),



a intenção do turista é o mais importante, para que ele possa se aprofundar quer conhecer, participar e vivenciar a cultura de um povo diferente da sua. Isso se dá em razão de que independentemente de um destino ter atrações culturais, o turista deve ter interesse em envolver-se nelas. Ou do contrário, esse turismo passa a ser meramente contemplação de produtos culturais.

Observa-se que começou a ter uma preocupação da cultura abrangendo-se a atividade turística, propriamente dita, envolvendo principalmente as motivações dos turistas, pois é a partir dessa motivação que irá se dar o turismo cultural. Dentro de turismo cultural, ressalta-se que, sobre cultura incluir o pitoresco ou cor local, vestígios de vida em processo de extinção que permanece na memória. (SMITH *apud* CARDOZO, 2005, p. 48).

Salvati e Cardozo (2014, p. 7), complementam que além da preocupação com o turismo cultural envolver o turista, ele também pode englobar os fatores biológicos. “O Turismo Cultural vem como um segmento que não envolve atrativos ligados à natureza e sim aqueles ligados aos seres humanos, algo passado de geração para geração deixando claro seu modo de viver.” Ou seja, a explicação comenta o fato de que o segmento de turismo cultural envolve atrativos de ideais de seres humanos e também atrativos que deixem claro o modo de viver. Portanto observa-se que todas as definições são interligadas entre si.

### **3 TURISMO ÉTNICO NA RESERVA PATAXÓ DA JAQUEIRA**

O trabalho toma como base o segmento de turismo étnico focando-se em reservas indígenas principalmente observando-se os modos, costumes, convivência e trabalho do turismo na Reserva Pataxó da Jaqueira para fins de salientar a atividade turística com base no etnoturismo. No ‘Manual das atividades de etnoturismo na Reserva Pataxó da Jaqueira’ (BAHIA 2011, p. 35), Nitinawã afirma que o turismo chegou como uma atividade a qual eles não estavam esperando, pois devido à má alimentação, dada a proibição da caça e pesca em razão da preservação ambiental, e para a manutenção da aldeia, foi-se então decidido à recepção de visitantes na qual o turista poderia conhecer os valores, costumes e cultura.



Mas tal atividade turística em áreas indígenas ocorre não só na Bahia. Martins e Coutinho (2007, p. 03) afirmam que o segmento abrange também o Amazonas e que tais aldeias possuem o anseio de desenvolver-se nas terras indígenas ou fora delas com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo grupo/comunidade indígena envolvida, mas discute que povos indígenas que não querem necessariamente essa atividade dentro de suas terras, mas sim divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, porém sem mercantilizá-la, pois estariam tratando-se de uma globalização que implicar-se-ia na aculturação dos mesmos, fora da terra indígena.

Martins e Coutinho (2007, p. 04), ainda explanam sobre o turismo em áreas indígenas o fato de que algumas comunidades sentem-se ameaçadas, pois acreditam que com potencial referente ao meio ambiente e cultura, eles tem condições de receber visitantes, mas por conta da FUNAI poder intervi-los por não ser uma atividade legalizada, os indígenas acabam trabalhando com o turismo ilegal afim de não sofrerem com a aculturação, que é o caso do município de São Gabriel da Cachoeira<sup>2</sup>. Precisa-se entender o fato de que o turismo étnico em aldeias indígenas, não somente da Jaqueira, mas como um todo, não busca especialmente o fator econômico.

Os indígenas procuram mostrar seu cotidiano para não sofrerem com o processo de aculturação, e o turismo étnico retratado por Martins e Coutinho (2007) trata do o fato do turismo étnico ser aquele o qual faz-se o marketing de atrações em que explicitam-se o modo de vida em uma comunidade indígena, deixando claro os costumes, sua cultura, e seu modo de viver propriamente dito.

Na máxima de que o segmento baseia-se na vivência e convivência, Salvati e Cardozo (2014, p. 06), comentam que a atividade é aquela abrange localidades, comunidades nas quais o turista é o mais interessado em desfrutar de seu atrativo, seja ele manifestações culturais de povos étnicos, artesanato, entre outros. E completam com a afirmação de que o turismo étnico busca vivenciar, não apenas visitar, e sim fazer parte daquela localidade. A partir disso nota-se a diferença de visão entre autores,

---

<sup>2</sup> O município, localizado no estado do Amazonas, possui 95% de descendência indígena, mas devido à atividade turística não legalizada pela FUNAI, as tribos começaram a sofrer o processo de aculturação devido ao contato desordenado entre indígenas e turistas. *IN: MARTINS, Idânia; COUTINHO, Helen. Turismo em áreas indígenas. Revista eletrônica Aboré, Amazonas, v. 1, n. 1, p. 01 – 09, mar. 2007.*



quando alguns falam sobre marketing e divulgação, e outros buscam apoiar-se nas questões culturais de contato com grupos étnicos.

Determina-se esse contato com grupos étnicos tomando no território indígena, Santos (2002 *apud* JESUS 2012, p. 59) território é “(...) lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Ou seja, por meio dessa definição de território, observa-se o ligamento para a aldeia, pois é em suas terras que trazem suas crenças e suas histórias a partir de manifestações. Jesus (2012) abre um parêntese e completa com o fator de desterritorialização com influência em áreas indígenas.

o conceito de território deriva da conotação “terra”, enquanto substrato físico e material. No caso dos indígenas, a desterritorialização não está totalmente relacionada à exclusão do acesso à terra enquanto meio de produção e subsistência, mas principalmente ao patamar simbólico-cultural. Mesmo possuindo o domínio sobre determinado território, podem faltar à sociedade indígena às referências territoriais de suas culturas, que constituem o próprio “imaginário geográfico”, condensado simbolicamente em determinadas parcelas de espaços. (JESUS 2012, p. 60, grifo do autor).

Ele explica o fato de o território, apesar de pertencer à comunidade indígena, possui um valor simbólico-cultural e reflete que, por mais que haja a desterritorialização dessas áreas não quer dizer que os indígenas estão excluídos do acesso, e completa que em determinados momentos a falta a referências territoriais e de suas culturas que constituem um imaginário geográfico. Não significa desmaterialização.

A partir do entendimento de território pode-se começar a se pensar na atividade turística em determinadas áreas. Jesus (2012) pondera que o turismo nem sempre é bem vindo em algumas das comunidades e comenta ainda o fato dos atrativos ligados ao segmento, nomeado por ele como turismo indígena. O autor ainda elucida que “as atrações desenvolvidas por eles no que se referem às danças, as indumentárias, aos rituais, aos hábitos e costumes são valores subjetivos de caráter espiritual e nem sempre todas as manifestações podem ser apresentadas ao público espectador.” (JESUS 2012, p. 65).

Com base no turismo cultural, o turismo étnico, já mencionado, busca salientar a etnia e identidade de comunidades étnicas, nesse valor se dá o fato pelo qual Jesus (2012) explica a razão de tais atrações possuírem um caráter espiritual e salienta que



nem sempre essas manifestações, que tangem a cultura indígena, possam ser apresentadas aos turistas/visitantes.

Complementa ainda

as interferências do visitante sobre essas características podem gerar constrangimento e falta de respeito à própria cultura indígena. Isso acontece principalmente pela falta de conhecimento do visitante sobre a cultura do povo visitado, já que não deve prevalecer o que ele deseja ver, e sim o que é possível a partir da determinação da comunidade local. (JESUS 2012, p. 65).

O mesmo autor cita o constrangimento que os indígenas passam para demonstrar sua cultura para o público, pois faltam respeito, consideração e de conhecimento sobre tal cultura. Ele salienta que não deve prevalecer o que o turista deseja ver e sim o que é possível ser apresentado a eles, justamente por conta desses eventos já citados.

Jesus (2012, p. 74) finaliza dizendo que “o turismo envolvendo indígenas, tanto dentro como fora de seus territórios ocupados, é tratado com diversidade de opiniões, principalmente no que se relaciona à sua autenticidade”.

Salvati e Cardozo (2014, p. 11) explanam que o turismo étnico na Reserva Pataxó da Jaqueira como uma atividade chamariz para todas as idades com cunho cultural, no qual o convívio, experiência e a vivência com esse povo é o intuito principal. Nota-se a partir desse ponto a diferente visão entre a atividade implantada em áreas indígenas que coagem-se com a cultura e contato.

Para o foco do turismo na Jaqueira, tal atividade precisava ser legalizada, sendo assim os moradores da aldeia juntaram-se e foram até Brasília reivindicar essa possibilidade e apresentar seus projetos para com a atividade na aldeia. Nenhuma parte da negociação foi fácil, mas em onze de outubro de 2000 o projeto foi aceito e a deliberação para começar a trabalharem com a atividade na área. (BAHIA, 2011). Desde então o turismo étnico começou a ser trabalhada na aldeia, uma tríplice aliança firmada pelo estado da Bahia, pela Jaqueira e pela FUNAI. E desde sempre o foco principal foi preservar a cultura e mostrar aos turistas como os indígenas fazem parte da vida das pessoas a partir de sua dança, gastronomia, costumes que inspiraram. (BAHIA, 2011).

Por conta do crescimento da atividade turística na aldeia, a tríplice aliança resolveu lançar um manual para demonstrar-se as pessoas como é trabalhado o turismo



na aldeia, atualmente a jaqueira é conhecida como modelo de turismo étnico no Brasil. (SECRETARIA DE TURISMO DE PORTO SEGURO, 2016). O manual possui 130 páginas com o conteúdo variado desde sua história, costumes, e como a atividade é usufruída na aldeia.

## **4 INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2015 E SUA RELEVÂNCIA PARA O ESTUDO**

A IN 03/2015 surgiu através de uma necessidade, imposta pela FUNAI, para garantir o usufruto exclusivo e permanente dos povos indígenas sobre suas terras e o comprometimento do país na valorização da cultura, tradição, forma de organização, e os meios de vida sustentáveis dos povos indígenas brasileiros. (BRASIL, 2015).

Prevê também iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, ligando-se assim a atividade turística, respeitando a decisão da comunidade, quanto à atividade, e a sua diversidade de povos indígenas. Quando couber, promovendo-se estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades para a gestão do turismo. A IN possui como meta a regulamentação do ecoturismo e etnoturismo em terras indígenas, considerando as iniciativas de turismo já existentes nas comunidades. (BRASIL, 2015). Seus principais pontos de relevância para o trabalho começam a ser descritos abaixo.

Estabelece-se normas para visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de etnoturismo e ecoturismo. Para visitação, busca-se a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio de interação com os povos, suas culturas materiais e imateriais, e o meio ambiente, respeitando a privacidade e intimidade de cada indivíduo. (BRASIL, 2015).

Como diretrizes a serem observadas no processo de autorização da atividade de visitação para fins turísticos, a IN estabelece que seja o fortalecimento da identidade, usos, costumes e tradições dos povos. E principalmente o controle e a fiscalização do ingresso em terras indígenas pela FUNAI. (BRASIL, 2015). Ou seja, essas são as principais diretrizes que a comunidade deve atender ao turismo, conscientizando-se que tudo não passa de um fortalecimento da cultura, da identidade e da etnia.



Para a comunidade receber visitantes é necessária a elaboração de um Plano de Visitação. Esse plano irá conter, de modo descritivo, todas às atividades propostas pela comunidade, conta-se com: descrição dos objetivos e justificativas da proposta de visitação, público alvo e a frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita, previsão de duração por visita, descrição das atividades propostas aos visitantes, delimitação do roteiro com mapa ou croqui, estratégias para impedir entrada de bebidas e drogas nas comunidades e estratégia de monitoramento da atividade de visitação. (BRASIL, 2015).

Com a autorização do plano de visitação, a comunidade já pode receber turistas, sob algumas condições: emitir e efetuar o controle de entrega da autorização individual de ingresso, exigir assinatura do termo de responsabilidade individual dos visitantes, esclarecer aos visitantes sobre regras de conduta e fornecer o roteiro das atividades, cuidar pelo cumprimento do plano, e apresentar relatórios anuais das atividades de visitação à FUNAI. Ressalta-se que o plano de visitação possui validade de três anos. (BRASIL, 2015).

A IN também diz respeito aos turistas quanto as suas obrigações e vedações, sendo elas: permanecer ou transitar nas terras indígenas para atividades que não aquelas referentes à preparação e execução, monitoramento do plano; remover qualquer material da terra indígena, salvo resíduos sólidos introduzidos pelas atividades de visitação; praticar caça, pesca ou extrativismo, incluindo coleta de frutos, que viole o usufruto exclusivo dos povos; divulgar imagens sem prévia autorização dos indígenas, ainda que para fins não comerciais; registrar e divulgar técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas sem autorização da comunidade; permitir entrada, portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas, ressalvadas as de uso tradicional, feitas pelos índios, quando consumidas em contexto apropriado; permitir entrada ou portar armas de fogo. Para que a atividade ocorra, é necessário documento com foto e autorização individual de ingresso. (BRASIL, 2015).

Um dos aspectos mais importantes e que vale ressaltar, é autorização de ingresso para visitação não substitui autorizações específicas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, religiosas, de comércio, jornalismo ou qualquer outro que sejam reguladas por meio de normativas próprias da FUNAI. Ou seja, caso o visitante deseje realizar uma pesquisa, ou uma reportagem, ou prática religiosa, nesse caso não se

encaixa e é proibido suas realizações segundo a IN 03/2015, mas caso a FUNAI possua normativas específicas para esses usos, sendo assim fica liberado. (BRASIL, 2015).

Portanto as comunidades possuem dois anos para se adequarem a essa IN submetendo-se à FUNAI o Plano de Visitação. A validação dessa instrução passa a entrar em vigor a partir da data de sua publicação. (BRASIL, 2015).

#### 4.1 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA RESERVA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA

No modo de comparação será possível conhecer se a Reserva da Jaqueira atende, ou não, a IN 03/2015. Desse modo será utilizado um quadro demonstrando quais os elementos da visita, como ela ocorre na Reserva e como ela deveria ocorrer, segundo a IN.

Quadro 1 – FUNAI *versus* Reserva Pataxó da Jaqueira

<b>Elementos da visita</b>	<b>Conforme a pesquisa de campo</b>	<b>Segundo a IN 03/2015</b>
Entrada na aldeia	Realizada através de agência de receptivo mediante pagamento de ingresso;	Autorização individual da FUNAI mediada entre agência de receptivo que irá realizar o passeio;
Roteiro da visita	Detalhado durante a palestra, no momento que o turista chega à aldeia;	Deve ser entregue com antecedência ao turista;
Monitoramento dos turistas durante a visita	Não possui rigidez, o turista pode ficar a vontade;	O turista deve ser acompanhado e monitorado durante toda a visita;
Uso de imagens dos indígenas (fotos e vídeos)	Pode-se fazer uso de imagens dos indígenas sem restrição;	Só é permitido fazer uso de imagens com autorização dos próprios indígenas;
Desenvolvimento de pesquisas e jornalismo	É permitido o desenvolvimento de pesquisas e matérias jornalísticas;	É permitido caso haja normativas específicas para seu desenvolvimento;
Autorização da FUNAI para receber turistas	A FUNAI possui conhecimento.	É necessário submeter um Plano de Visitação para autorização da FUNAI.

FONTE: Desenvolvido pelos autores.

Através do quadro acima é possível fazer uma análise de modo comparativo entre como a visita deveria ocorrer e como ela ocorre, ao todo foram seis itens comparados. Da entrada na aldeia, observa-se que não há nenhuma autorização e que somente através do pagamento do ingresso o turista já consegue adentrar, para a IN o



ingresso precisa vir juntamente com uma autorização expedida pela FUNAI e que a agência que irá realizar o passeio fará a intermediação entre o turista e o órgão.

O roteiro da visita, conforme a pesquisa de campo, foi detalhado durante a palestra, no momento de chegada do turista, ou seja, até o turista entrar na aldeia ele não possui conhecimento de como a visita irá acontecer. Segundo a IN o roteiro deve ser entregue ao turista com antecedência para que ele já possua conhecimento das atividades que iram ocorrer. Pode-se constatar também que o turista não possui nenhum acompanhamento dentro da aldeia, ele fica livre para transitar e fazer o que quiser, ao contrário do que diz a FUNAI, que o turista deve ser acompanhado e monitorado durante todo o tempo da visita.

Para o uso de imagens, seja por meio de fotos ou vídeos, a IN comenta que só poderá fazer a divulgação, do material, com autorização dos indígenas, caso contrário, o turista não poderá compartilhar os registros. Na prática, pode-se fazer uso das imagens tranquilamente, sem autorização e sem restrição. Caso o turista desejar desenvolver pesquisas sobre a comunidade, ou realizar matérias jornalísticas é apenas permitido caso haja normativas específicas para o desenvolvimento, pois sabe-se que existem diferentes tipos de pesquisa e de pesquisadores, um trabalho de conclusão de curso é inofensivo, por exemplo, mas uma pesquisa onde irá ter coleta de sangue, extração de plantas, entre outros, pode comprometer a comunidade. Já no dia-a-dia, essa regra não possui tanto significado e o turista pode ficar livre para realizar pesquisa e jornalismo.

Por fim nota-se que a aldeia não possui autorização da FUNAI para realizar a atividade turística, o órgão possui apenas o conhecimento que a prática é feita. Segundo a IN, é necessário submeter um Plano de Visita para autorização da FUNAI, através dessa autorização, a comunidade já poderá realizar visitas, ressalvo que terá dois anos para adaptação. Portanto percebeu-se através da análise comparativa que o local estudado não atende as normas da IN 03/2015.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a realização da pesquisa foi possível chegar a 100% dos resultados, iniciando-se pelos objetivos específicos. O primeiro objetivo específico é a) identificar



como o turismo é trabalhado na Reserva a partir do segmento do turismo étnico, através das visitas realizadas notou-se que o segmento de turismo étnico na Reserva é um atrativo para a cidade de Porto Seguro. No capítulo de apresentação dos dados foi relatado todo o processo da visita e de como à atividade turística é realizada na comunidade, o turista sacia suas necessidades culturais através das pinturas, das danças, rituais, e demais manifestações, palestra e todo o dia-a-dia da localidade a partir dessa descrição.

O segundo objetivo, b) descrever a comunidade da Jaqueira e seus aspectos históricos, culturais e turísticos. Para solucionar esse objetivo, o principal método utilizado foi pesquisa bibliográfica e documental que tangem os assuntos históricos e culturais, além do turismo. Em sua contextualização histórica pode-se observar que a Jaqueira foi uma das aldeias que realizou os primeiros contatos com os portugueses, no momento que eles desembarcaram no território, além disso, à aldeia passou por desterritorialização, para qual a FUNAI deslocou a aldeia e uniu-a com à aldeia de Coro Vermelha, após confrontos dos indígenas com o órgão, eles conseguiram firmar território onde está até os dias atuais. A Jaqueira também é lembrada pelos confrontos entre portugueses e indígenas em todo o território de Porto Seguro, foram massacres sofridos que quase dizimaram a aldeia.

No aspecto cultural, a Jaqueira luta para manter sua identidade e fazer com que o turista veja que os indígenas são seres humanos e através das danças, pinturas, gastronomia, modo de viver, demonstram sua história, sua religiosidade, a identidade e etnicidade de um grupo social. Demonstrar suas características passadas de geração para geração, ou seja, elas herdadas do local. Para o turismo, a comunidade possui vontade em trabalha-lo, mesmo que seja contra a FUNAI, pois como já mencionado anteriormente, a Reserva não possui traços legais, do turismo, com a FUNAI, o órgão apenas registra o conhecimento sobre a atividade.

O terceiro objetivo específico foca-se nos indígenas, propriamente dito, c) levantar o perfil dos indígenas da reserva e saber se eles possuem conhecimento da IN. Também no capítulo de apresentação dos dados, observa-se uma descrição sobre cada indígena e suas tarefas na tribo. Os mais velhos são aqueles que repassam ensinamentos aos mais jovens, além de zelar pelo bem familiar e da comunidade, já as mulheres possuem o cargo de cozinheiras. Os jovens, homens e mulheres, ficam com o trabalho





de cuidar da horta, tratar animais, são responsáveis pelos turistas, além de realizar artesanatos e manualidades. Os idosos são aqueles ligados a espiritualidade, benzedeiros, curandeiros, e as crianças são ensinadas para seguir os mesmos caminhos dentro da aldeia. Quando o assunto tratado é a IN, os indígenas não possuem conhecimento sobre o assunto.

A partir dos específicos foi possível conhecer o resultado do objetivo geral: verificar se a Reserva estudada, segue as normas de visitação, decretada pela FUNAI. Seguido pelo problema de pesquisa: A Reserva estudada, segue as normas de visitação, decretada pela FUNAI? Solucionando o problema, a Reserva Pataxó da Jaqueira não segue as normas de visitação decretada pela FUNAI, a partir da Instrução Normativa 03/2015.

Pode-se atribuir o fato, da reserva, não seguir as normas devido ao mau relacionamento que ela possui com a FUNAI. Através do trabalho foi possível analisar que a comunidade não possui vínculos com o órgão, ou seja, apesar da FUNAI possuir a administração sobre as terras indígenas, os próprios moradores não tem um relacionamento com ela, pois segundo a entrevista, pode-se perceber que a reserva apenas obedece ao que a FUNAI manda. Quando trata-se do turismo, o órgão foi mais rígido e não levou em consideração o desejo dos indígenas em trabalhar com a atividade, sendo assim, eles começaram por conta própria a investir na atividade turística.

Portanto observa-se que a duas situações presentes, a primeira é a real situação da IN de modo geral, ou seja, quais as tribos, aldeias, que necessariamente precisariam de uma instrução como essa para trabalhar com o turismo, por exemplo, a tribo *Korowai*, localizada na região de Papua-Nova Guiné e possuem como características culturais viver em cabanas no topo das árvores, além de ser uma das últimas tribos que praticam o canibalismo (DIAS, 2014), nesse caso haveria a necessidade da aplicação da instrução.

A segunda situação é se há uma real necessidade da aplicação da IN na reserva da Jaqueira, sabe-se que a aldeia já trabalha com o turismo desde os anos 2000, ou seja, segundo os próprios indígenas, eles já possuem uma atividade consagrada. Nesse caso observa-se que a Instrução Normativa 03/2015 seria apenas uma burocracia



desnecessária e que talvez a FUNAI poderia acabar por não aprovar o Plano de Visitação.

Em contrapartida nota-se que a FUNAI é o único órgão que rege os indígenas do país, é através dela que as comunidades são administradas, leva-se em conta o fato de que o índio não é considerado cidadão, pois não possui documentos cabíveis, tais como, certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, e afins. Sendo assim é perceptível que a FUNAI é um órgão importante para com os indígenas.

Contudo deve-se o fato da Instrução Normativa partir de um princípio que ela é pertinente para a localidade, não só da Jaqueira, mas de todas as comunidades indígenas do país, e que ela é complexa e de difícil execução. No que tange a parte exequível da IN, pode-se dizer que em determinadas partes dela, por exemplo, a elaboração do Plano de Visitação é complicado para os indígenas, pois percebe-se que eles não possuem ensinamentos educacionais para elaborar e executar um documento de importância como esse.

## REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAHIA, Aldeia Pataxó da Jaqueira. **Manual das atividades de etnoturismo na Reserva Pataxó da Jaqueira**. Rio de Janeiro: FUNAI, 2011.

BAHIA. **História**. Disponível em: <<http://bahia.com.br/viverbahia/historia/>> Acessado em: 19 de fev. de 2016.

BAHIA. **Reserva jaqueira**. Disponível em: <<http://bahia.com.br/roteiros/reserva-jaqueira/>> Acessado em: 19 de fev. de 2016.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Instrução normativa 03/2015**. Normas e diretrizes às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas, DOU n° 110, 2015.

CARDOSO, Dorival. **Institucional: um Porto Seguro na costa do descobrimento**. Disponível em: <<http://www.portosegurotur.com/portal/?mw=institucional>> . Acessado em: 17 de fev. de 2016.



CARDOZO, Poliana. **Possibilidades e Limitações do Turismo Étnico: A Presença Árabe em Foz do Iguaçu.** 2005. 170 F. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2005.

FÉRIAS BRASIL. **Reserva indígena da Jaqueira.** Ano 2016. Disponível em: <<http://www.feriasbrasil.com.br/ba/portoseguro/reservaindigenadajaqueira.cfm>>. Acessado em: 17 de fev. de 2016.

IBGE. **Porto Seguro.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292530&search=||info%20-%20informa%20-%20completas>> Acessado em: 19 de fev. de 2016.

JESUS, Djanires L. **A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os kadiwéu (mato grosso do sul- br) e m̃ori (ilha norte - nz).** 2012. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 22 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MARTINS, Clerton. (Org.). Identidade: percepção e contexto. In: **Turismo, cultura e identidade.** São Paulo: Roca, 2003.

MARTINS, Idânia; COUTINHO, Helen. Turismo em áreas indígenas. **Revista Eletrônica Aboré,** Amazonas, v. 1, n. 1, p. 01 – 09, mar. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO. **A cidade.** Disponível em: <<http://www.portoseguro.ba.gov.br/acidade.php>> Acessado em: 22 de fev. de 2016.

SALVATI, Luiz Henrique; CARDOZO, Poliana. A experiência turística na aldeia pataxó da jaqueira, Porto Seguro (BA): um estudo de caso. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 8, 2014, Foz do Iguaçu-PR. **Anais do IX Fórum Internacional de Turismo do Iguassu,** 2014. p. 1-18.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Apud:* LAGEANO DE JESUS. Djanires. **A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os kadiwéu (mato grosso do sul- br) e m̃ori (ilha norte - nz).** 2012. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SECRETARIA DE TURISMO. **Porto Seguro.** Disponível em: <<http://www.portosegurotur.com/portal/?mw=distrito&id=1>> Acessado em: 19 de fev. de 2016.

SECRETARIA DE TURISMO. **Reserva pataxó da jaqueira.** Disponível em: <<http://www.portosegurotur.com/portal/?mw=fazer&id=48>> Acessado em: 19 de fev. de 2016.